

EDITORIAL

*O direito de lembrar: do arquivo ao algoritmo*Tony Boita¹

¹ Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3780-2157>. E-mail: tony.boita@unespar.edu.br.

Nós sempre lembramos da violência, nunca do afeto, se é que um dia o tivemos. Da maioria dos nossos lares, lembramos do tapa, do soco, do xingamento. Mas, para além disso, onde está a memória das nossas traviarcas? Das nossas bichonas ancestrais? Das nossas sapatonas?

Elas existem. E existe também uma série de iniciativas preservando essas memórias, materializadas em acervos museológicos, biblioteconômicos e arquivísticos. Esta edição reúne parte desse trabalho: o museu público de Campo Mourão que abriu espaço para trajetórias LGBTQIA+ e enfrentou a reação conservadora; o CEDOC LGBTI+, nascido da própria comunidade; o Museu da Diversidade Sexual, que expõe com réplicas e registros aquilo que quase não deixou acervo; a LGBTECA, que transforma o Instagram em biblioteca.

Mas se antes preservávamos a matéria, hoje começamos a debater a preservação do algoritmo, do bit. É esse o deslocamento que dá nome à edição. Quando um sistema generativo responde sobre gênero, ele não recupera informação neutra: ele reitera a norma que diz apenas descrever. Quando exige que uma vida caiba em um dado estruturado, o que é fluido vira ruído estatístico. Chamar isso de viés é pouco. É uma nova camada de arquivo, com novos guardiões, e nós ainda não decidimos quem escreve as suas regras.

O direito de lembrar não é abstrato. Ele se mede nas 33 mortes registradas no Maranhão entre 2020 e 2022, com a subnotificação que as próprias autorias fazem questão de apontar. Mede-se no que o lobolo ainda organiza em Moçambique. Na travesti em situação de rua do agreste alagoano que, quando enfim acessa o serviço, encontra mais violação. Na sala de aula onde um futuro professor calcula, em silêncio, o que responder quando o aluno pergunta se ele tem namorada.

São dezessete textos, entre artigos, ensaio, relatos de experiência, crônica e poemas. Vêm do interior do Paraná, de Alagoas, do Maranhão, de Moçambique. Não formam um consenso, e não deveriam: entre quem defende o espaço seguro como refúgio e quem o quer político, entre quem disputa os limites teóricos de sexo e gênero, o que há é uma comunidade pensando em voz alta.

Agradecemos às autorias que confiaram seus trabalhos à revista e às pessoas pareceristas que sustentaram, de forma voluntária, a avaliação por pares desta edição.

Lembrar é decisão política. Que estes textos estejam aqui quando alguém, depois de nós, vier procurar.